

**2025/2026**

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Supervisão de Patrimônio e Almoхарifado

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

AQUISIÇÃO DE CAFÉ EM PÓ TORRADO E MOÍDO

1. INTRODUÇÃO

O princípio do planejamento é um dos pilares da Lei 14.133/2021 e tem como objetivo assegurar que as licitações e os contratos públicos sejam conduzidos de forma mais eficiente e transparente.

Para tanto, a nova lei estabelece uma série de regras e procedimentos que devem ser observados na fase de planejamento da contratação pública, dentre elas a obrigatoriedade da elaboração de estudos técnicos preliminares para todas as contratações públicas, destacando-se assim a importância do princípio do planejamento.

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente contratação decorre do consumo regular de café no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, tendo por objetivo assegurar o fornecimento contínuo de café em pó torrado e moído, de categoria superior, para atendimento ao corpo funcional, membros, estagiários, terceirizados e visitantes, bem como para utilização em reuniões institucionais, eventos, cursos, treinamentos e demais atividades administrativas desta Corte. Trata-se de item de consumo essencial ao regular funcionamento das rotinas administrativas, cuja demanda é recorrente e previsível, sendo necessária a manutenção de estoque regular no almoxarifado para assegurar a continuidade das atividades institucionais.

3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A contratação pretendida caracteriza-se como despesa de natureza contínua e recorrente, com previsão orçamentária anual no elemento de despesa 33.90.30.07, estando contemplada no Plano Anual de Contratações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e alinhada ao Planejamento Estratégico desta Corte.

4. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

Os bens a serem adquiridos caracterizam-se como bens comuns, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

| Código CATMAT | Código GMS | Especificação |
|---------------|------------|---|
| 463581 | 93056 | Café em pó torrado e moído superior. |
| | | Características Técnicas: -Espécie: café 100% arábica. -Torra: média. -Moagem: fina a média. -Blend: na composição não poderá haver percentual de grãos pretos, verdes e ardidos que comprometa a qualidade global especificada. -Livres de Bebidas Fenicadas do Grupo I – Arábica, isto é, Bebida Riado, Rio e Rio Zona. -Embalagem: a ALTO VÁCUO (ou VÁCUO TOTAL) em saco de filme plástico ou aluminizado internamente, lacrado, sem apresentar sinais de violação. -Acondicionado em pacotes vácuo puro de 500 gramas contendo, no mínimo, as seguintes informações impressas diretamente na embalagem: data de fabricação, validade do produto, nome do fabricante, número de lote, endereço, registro do órgão competente e composição do café 100% arábica. Não serão aceitas embalagens com rótulos provisórios como, por exemplo, sob a forma de etiquetas. -O produto deverá ser entregue acondicionado em caixas de papelão com capacidade entre 10 e 30 pacotes. -Café para ser utilizado em máquinas convencionais com processo de coagem. -O produto deverá ter sido fabricado há no máximo 30 dias quando entregue ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná. -Prazo de validade não inferior a 18 (dezoito) meses, contados a partir da data de fabricação. |

Juntamente com a proposta de preços e antes mesmo do envio de eventual amostra, a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, deverá apresentar prova de qualidade dos itens ofertados por meio dos seguintes laudos técnicos, com a devida discriminação das características do produto ofertado:

- a) Análise de contaminantes, em conformidade com a Instrução Normativa nº 160/2022, que regulamenta a RDC Anvisa nº 722/2022, quanto à presença de arsênio total,

cádmio, chumbo e ocratoxina A, bem como análise de umidade conforme RDC Anvisa nº 716/2022;

- b) Análise microbiológica, em conformidade com a Instrução Normativa nº 161/2022, que regulamenta a RDC Anvisa nº 724/2022, quanto à presença de *Salmonella* spp. e *Escherichia coli*;
- c) Análise de matérias estranha, em conformidade com a RDC Anvisa nº 623/2022 e a Portaria MAPA nº 570/2022, quanto à presença de fragmentos de insetos, ácaros e impurezas;
- d) Análise sensorial com nota mínima de 6,0 na escala de qualidade global, emitida por laboratório ou entidade habilitada.

Os laudos técnicos deverão:

- a) Ser expedidos por laboratórios vinculados a órgão ou entidade de natureza pública ou que sejam credenciados, acreditados ou homologados junto ao Inmetro ou outro órgão competente, dentre os quais: ABIC (Associação Brasileira da Indústria de Café); Ministério da Saúde; Ministério da Agricultura; REBLAS da Anvisa; Secretarias de Saúde; Secretarias de Agricultura e Universidades Públicas;
- b) Ter sido emitidos há, no máximo, 06 (seis) meses da data da abertura da presente licitação.

Para comprovação das características exigidas nos subitens acima, será admitida a apresentação de mais de um laudo técnico, desde que a amostra analisada em cada laboratório se refira a um mesmo produto, o que poderá ser verificado a partir da coincidência de nomenclatura, identificação do lote ou data de fabricação.

Demais laudos que sejam necessários para comprovar as características exigidas do item objeto desta licitação devem ser feitos às expensas do fornecedor.

Poderá ser solicitada a apresentação de folders, prospectos e outros documentos ou materiais de divulgação que contenham informações técnicas e detalhamentos acerca dos produtos e/ou equipamentos ofertados, antes mesmo da apresentação de eventual amostra física.

Após a aprovação prévia dos laudos e do produto de acordo com a especificação, será solicitado envio de amostra física que será submetida à avaliação sensorial realizada por comissão composta por servidores do TCE/PR, formada por, no mínimo, três servidores designados para este fim.

As amostras deverão ser identificadas conforme a seguir e entregues, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da convocação formal pelo Pregoeiro, no Almojarifado do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, localizado na Praça Nossa Senhora de Salette, s/n - Centro Cívico, Curitiba – PR, de segunda a sexta-feira, no período das 8:30 às 12:00hs e das 14:00 às 17:00hs.

- a) 1 pacote de 500 gramas do produto, individualizado e lacrado, conforme especificação do item;
- b) com o nome da empresa, número do pregão e lote correspondente ao da proposta.

O prazo de entrega da amostra estabelecido poderá ser excepcionalmente dilatado por decisão fundamentada do Pregoeiro em razão de fato relevante e superveniente devidamente comprovado.

É dispensada a apresentação de amostras de marcas que já tenham sido aprovadas em avaliação sensorial e de conformidade técnica no processo atual ou em processos anteriores deste Tribunal, desde que mantidas as especificações do produto.

A avaliação sensorial será realizada por meio de procedimento tradicional de prova de xícara, utilizando-se escala não estruturada de 0 (zero) a 10 (dez) para avaliação segmentada da qualidade, sendo atribuídas notas aos seguintes atributos sensoriais:

- a) Sabor;
- b) Aroma;
- c) Corpo;
- d) Aspecto geral da bebida, observada a inexistência de sujidades, impurezas ou outros elementos estranhos perceptíveis.

Para aprovação da amostra, a média aritmética das notas atribuídas pelos avaliadores deverá ser superior a 7,00 (sete).

A amostra será tratada como protótipo, podendo ser aberta, preparada e manuseada para fins de avaliação, não sendo devolvida ao final do procedimento.

Caso a amostra da melhor proposta seja reprovada, será convocada para apresentação de amostra a autora da segunda melhor proposta e, assim, sucessivamente.

No momento da entrega do lote adquirido, esta Corte de Contas enviará para o(s) laboratório(s) de sua escolha amostras para análise, sendo que o custo do envio das amostras será do TCE/PR e o custo das análises das amostras será do fornecedor beneficiário.

O pagamento somente será efetuado após o recebimento dos resultados.

Os laudos exigidos poderão, a critério do TCE/PR, contemplar os ensaios com seus respectivos itens na integralidade ou não, desde que observados os critérios estabelecidos no Termo de Referência.

Caso o lote entregue seja reprovado em quaisquer umas das análises, todos os ensaios realizados deverão ser repetidos na amostragem de contraprova.

A repetição da ocorrência de um ou mais resultados não conformes na amostra de contraprova acarreta a devolução do lote em sua íntegra.

Caberá ao fornecedor beneficiário, neste caso, entregar novo lote para nova avaliação no prazo de 10 (dez) dias úteis, a partir da notificação do gestor.

Caso a entrega ocorra em prazo superior ao estabelecido, o fornecedor beneficiário estará sujeito a multa.

Caso o ensaio de contraprova seja considerado aprovado, deve-se, novamente, repetir-se todos os ensaios realizados na amostragem testemunha.

Caso sejam aprovados todos os ensaios realizados na amostragem testemunha, o lote será considerado conforme.

Caso contrário, o lote será reprovado e devolvido em sua íntegra. A ocorrência de não conformidade técnica devidamente comprovada, especialmente relacionada ao descumprimento dos padrões de identidade, qualidade ou segurança alimentar exigidos neste Termo de Referência e na legislação vigente, poderá ensejar, mediante decisão técnica devidamente motivada, a não aceitação do mesmo produto ou marca em futuras contratações deste Tribunal para o mesmo objeto, observadas as mesmas especificações técnicas.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Estima-se a necessidade de aquisição de 6.900 (seis mil e novecentos) pacotes de café de 500 gramas, considerando-se o consumo do mês de março de 2026, mais próximo da realidade atual desta Corte de Contas (modalidade de trabalho híbrido) para doze meses, acrescido de um estoque de segurança de três meses, de modo a prevenir a descontinuidade no fornecimento e assegurar a regularidade das atividades administrativas.

Os consumos do exercício de 2025 e o parcial de 2026, de janeiro a março, também foram analisados, mas desconsiderados, vez que este contém meses com recesso e feriados, sendo que aquele possuía menos pessoas em trabalho presencial.

Informa-se que constam relatórios de consumo no Anexo II deste procedimento que, embora apresentem a unidade cadastral do item como quilograma, os quantitativos registrados no referido relatório correspondem, na prática, a pacotes de café de 500 gramas.

Assim, para fins de planejamento da contratação, os quantitativos históricos extraídos do GMS foram considerados em pacotes de 500 gramas, por ser essa a unidade efetiva de controle físico e de fornecimento do café no âmbito da Administração.

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

A especificação e a quantidade do gênero alimentício que se pretende adquirir foram baseadas no histórico de saída do almoxarifado, sendo que inexistente alternativa viável para aquisição do produto em outros tamanhos e recipientes, tendo em vista forma de estocagem e disposição física das copas desta Corte de Contas.

O levantamento de mercado considerou consultas realizadas em fontes diversificadas, tais como sistemas oficiais de preços públicos, portais institucionais, pesquisas em sítios eletrônicos especializados e cotações junto a fornecedores do ramo.

Além disso, verificou-se que a aquisição de café de categoria superior é prática recorrente entre órgãos e entidades da Administração Pública, demonstrando tratar-se de solução amplamente disponível no mercado e compatível com os princípios da economicidade, padronização e eficiência.

8. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Os preços foram coletados de acordo com o disposto no Artigo 23, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Após análise dos valores praticados no mercado, o preço máximo de R\$ 287.385,00 (duzentos e oitenta e sete mil, trezentos e oitenta e cinco reais) foi definido por meio de média aritmética das fontes descritas na tabela a seguir, acrescido de valor dos laudos solicitados para comprovação da qualidade do café dividido pela quantidade a ser licitada. Destarte, restaram atendidos os preceitos da economicidade e eficiência na utilização dos recursos públicos.

| Código GMS | Item | Quant. | Internet | Menor Preço | Fonte de Preços | Fornecedores | Portal da Transparência (GMS) | Média Unitário | Média Total | Valor dos Laudos Unitário | Valor Médio Unitário + Valor | Total Final |
|------------|--|--------|-----------|-------------|-----------------|--------------|-------------------------------|----------------|----------------|---------------------------|------------------------------|----------------|
| 93056 | Café em pó torrado e moído Superior 100% Arábica | 6900 | R\$ 43,81 | R\$ 33,18 | R\$ 48,51 | R\$ 36,48 | R\$ 27,01 ¹ | R\$ 40,50 | R\$ 279.450,00 | R\$ 1,15 | R\$ 41,65 | R\$ 287.385,00 |

¹ Não foi encontrado café da categoria superior 100% arábica. Este valor se refere ao produto que pode conter até 20% de espécie canephora no blend, motivo pelo qual não foi considerado na média.

Todas as pesquisas de preços constam no Anexo I do presente procedimento.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução adotada consiste na aquisição de café em pó torrado e moído, de categoria superior, por meio do Sistema de Registro de Preços, o qual se mostra mais adequado em razão do consumo contínuo, da natureza perecível do produto e da necessidade de flexibilidade quanto ao fornecimento.

A definição de critérios técnicos rigorosos, aliada à exigência de laudos de qualidade, durante o processo de licitação e nas entregas, visa assegurar o fornecimento de produto em conformidade com a legislação sanitária e com padrão de qualidade compatível com as expectativas institucionais.

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A presente contratação tem por objeto o fornecimento de item único, consistente em café em pó torrado e moído, em pacotes de 500g, com especificações técnicas padronizadas e requisitos uniformes de qualidade, embalagem, validade, composição, apresentação e aceitação sensorial.

No caso concreto, o parcelamento do objeto não se mostra tecnicamente recomendável nem economicamente vantajoso, uma vez que a divisão da contratação poderia comprometer a padronização do produto fornecido, dificultar o controle de qualidade, ampliar a complexidade da fiscalização e gerar risco de fornecimento de cafés com características sensoriais distintas ao longo da execução da Ata de Registro de Preços.

A contratação em item único favorece a uniformidade dos lotes, a rastreabilidade do produto, a conferência das condições de embalagem e validade, a análise dos laudos técnicos, a avaliação sensorial e o controle de conformidade durante o recebimento. Também reduz o risco de divergência entre produtos entregues por fornecedores distintos e facilita a gestão do estoque pelo almoxarifado.

Além disso, considerando que o objeto corresponde a produto homogêneo, usualmente comercializado de forma padronizada no mercado, a adjudicação em item único não impede a ampla competitividade, pois diversos fornecedores têm condições de ofertar o produto integralmente, desde que atendidas as especificações técnicas estabelecidas.

Dessa forma, o não parcelamento preserva a eficiência administrativa, a economicidade, a padronização do fornecimento, a segurança no controle de qualidade e a adequada gestão contratual, mostrando-se a solução mais compatível com o interesse público no caso concreto.

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a presente contratação pretende-se garantir o fornecimento contínuo de café de qualidade superior, assegurando o adequado suporte às atividades administrativas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, com a utilização eficiente dos recursos públicos e observância às normas vigentes.

12. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Não se identificam providências prévias relevantes além daquelas ordinariamente necessárias à condução do processo licitatório, tais como a consolidação da pesquisa de preços, elaboração do Termo de Referência e definição das condições de fornecimento e fiscalização da Ata de Registro de Preços.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

No momento, não há contratações correlatas ou interdependentes que condicionem ou impeçam a realização da presente contratação, a qual será conduzida de forma autônoma, nos termos da legislação vigente.

14. IMPACTOS AMBIENTAIS

Não se identificam impactos ambientais relevantes associados à presente contratação. O Tribunal de Contas do Estado do Paraná dará continuidade às práticas institucionais já adotadas para a adequada destinação das embalagens oriundas do consumo do produto.

15. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Diante do exposto ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação pretendida é plenamente viável e necessária para assegurar o regular funcionamento das atividades administrativas desta Corte, atendendo aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e interesse público.

16. ANÁLISE DE RISCO

Os riscos que poderiam afetar a contratação estão mitigados pelos instrumentos do Termo de Referência e do futuro Edital de Licitação, estando explicitados na peça “Análise Risco”.

DA, em 04 de maio de 2026.

Documento assinado digitalmente.
LUCAS RESENDE CARULA
Assessor Executivo da Presidência
Matrícula nº 52.450-6

Documento assinado digitalmente.
ADEMAR MOACIR CORDEIRO JUNIOR
Supervisor de Patrimônio e Almojarifado
Matrícula nº 50.424-6

Documento assinado digitalmente.
FREDERICO SCHOLL BETTEGA
Gerente de Almojarifado
Matrícula nº 50.800-4

Documento assinado digitalmente.
RAFAEL EISFELD SANTOS
Diretor Administrativo
Matrícula nº 51.759-3